

# País não paga juros agora, diz

Jornal de Brasília • 7

## Dauster

Arquivo 16.03.89

### Otávio Veríssimo

O embaixador extraordinário para assuntos da dívida externa, Jório Dauster, afirmou ontem que, no momento, o Governo não cogita fazer qualquer pagamento aos credores externos. Referindo-se a exigência feita por banqueiros credores americanos para que o País primeiro pague os juros atrasados — cerca de US\$ 5 bilhões — para depois retomar as negociações, o embaixador comentou com naturalidade: “Se eles não firmassem essa posição, provavelmente teriam que ser demitidos. O mesmo aconteceria em relação a nós, negociadores, caso aceitássemos essa posição”.

Jório Dauster disse que a intenção da viagem da ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, aos Estados Unidos, foi estabelecer contatos preliminares com os credores privados. “Queríamos conhecer as idéias deles e com isto montarmos nossa proposta com uma visão muito mais sólida”, comentou.

A versão, publicada na imprensa, de que a ministra havia deixado entre os banqueiros a impressão de que a equipe econômica ainda não sabia o que quer em relação à renegociação da dívida externa

foi rechaçada por Jório Dauster. Ele garantiu desconhecer qualquer declaração do vice-presidente do Citibank, William Rhodes, nesse sentido. Segundo Jório ainda não há uma definição se a negociação com os bancos credores privados será conduzida através do comitê dos bancos credores ou de maneira descentralizada.

“Nós temos uma série de objetivos que vão sendo alcançados um a um”, disse Jório Dauster. “O primeiro deles é obter esse maior conhecimento através de consultas individuais. Quanto à forma de negociação, ela vai depender de uma segunda decisão que não precisa ser tomada no momento”.

### Coleta de dados

De acordo com o relato de Jório Dauster, a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, manteve apenas contatos preliminares com os presidentes de seis dos principais bancos credores privados. As consultas de ordem técnica ocorrerão em Brasília, a partir do próximo mês.

“A ministra conversou com seis presidentes de bancos como já havia conversado com outros presidentes em Brasília”, comentou minimizando a importância dos en-

contros. “Há cerca de cinco dias atrás recebemos, aqui no Ministério da Economia, o representante do Banco de Montreal. Não há nenhuma novidade em a ministra receber presidentes de bancos credores. Agora, outra coisa bem diferente é o trabalho técnico em nível de consulta, que normalmente não é feito em contatos entre ministros e presidentes de bancos. E isso o que vamos começar a fazer em junho. Daí os convites feitos para que os representantes venham ao Brasil”.

### Lista

Sobre a possibilidade de inclusão do Brasil na lista de maus-pagadores, Jório Dauster disse que essa é uma decisão que cabe a um comitê formado por três ou quatro órgãos do governo americano. “Da mesma forma que não gostaríamos de ver um funcionário do governo americano opinando sobre decisões do governo brasileiro; eu também não tenho que dar opiniões sobre o que eles podem fazer”, esquivou-se.

Segundo Jório, a decisão de incluir o Brasil na lista de maus-pagadores deverá seguir critérios

muito mais complexos do que o simples fato de existirem atrasados. “Há outros critérios como ter um plano de ajuste econômico — e nós temos; estar buscando uma negociação com o Fundo Monetário Internacional — e nós estamos; e buscar o entendimento com os bancos credores — o que também estamos fazendo. Então, esperamos que tudo isso seja levado em consideração”.

### Congresso

Quanto às declarações da ministra Zélia Cardoso de Mello de que a proposta de renegociação da dívida será apresentada primeiramente à sociedade brasileira, Jório Dauster deixou claro que o caminho a ser seguido já está escrito na Constituição (artigos 49 e 52). “Está claro que o Congresso Nacional é a melhor representação da sociedade brasileira. Além disso, a Constituição estabelece que cabe ao Senado Federal fixar condições e limites para a contratação de financiamentos externos”.

Para Jório Dauster os preceitos constitucionais representam o ponto de partida para um amplo entendimento sobre todo o processo de renegociação da dívida externa.